Solairedirect Holding Brasil S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Solairedirect Holding Brasil S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Solairedirect Holding Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como companhia e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Solairedirect Holding Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Todos os direitos reservados

Outros assuntos

Demonstrações contábeis dos valores correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós e emitimos relatório datado em 26 de abril de 2021 com ressalva relacionada à ausência de conciliação de adiantamentos e imobilizado em andamento para construção do parque solar, que foram conciliados durante o exercício corrente conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

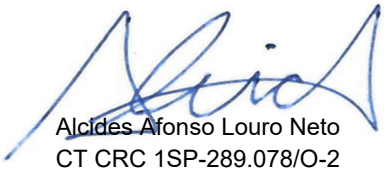
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de maio de 2022



Alcides Afonso Louro Neto
CT CRC 1SP-289.078/O-2

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

© 2022 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Todos os direitos reservados

Solairedirect Holding Brasil S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

ATIVO

		Companhia		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.343.747	156.218.446	181.692.350	329.635.108
Contas a receber	5	-	-	17.257.727	35.089.121
Impostos a recuperar	6	1.573.811	143.991	1.616.087	197.412
Mútuos coligadas a receber	10	-	138.315	-	-
Adiantamentos a fornecedores	7	275	275	5.008.057	6.741.373
Outros ativos circulantes	8	-	-	5.844.103	881.953
Dividendos a receber	15	3.851.516	4.392.511	-	-
Total do ativo circulante		37.769.349	160.893.538	211.418.324	372.544.969
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	25.260.666	22.572.778
Impostos a recuperar	6	-	-	821.290	916.926
Mútuos coligadas a receber	10	-	-	46.743	46.472
Outros ativos não circulantes	9	-	-	2.205.172	24.108.444
Depósitos judiciais	11	-	-	1.358.684	1.280.116
Direito de uso de arrendamento	14	-	-	29.316.010	22.645.177
Imobilizado	12	-	-	1.061.684.424	1.109.927.312
Intangível	13	-	-	26.561.311	22.626.373
Investimentos	15	453.728.697	458.917.221	-	-
Ágio sobre investimentos	15	-	-	1.641.663	1.702.809
Total do ativo não circulante		453.728.697	458.917.221	1.148.895.963	1.205.826.406
Total do ativo		491.498.046	619.810.759	1.360.314.287	1.578.371.375

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Solairedirect Holding Brasil S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUÍDO

		Companhia		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante					
Fornecedores	16	111.098	500	15.319.325	28.420.514
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	49.433.353	46.226.013
Mútuos coligadas a pagar	10	-	121.235.115	-	121.235.115
Tributos a pagar	18	60.789	5.372	4.499.180	3.035.587
Adiantamento de clientes	21	-	-	-	17.813.154
Outras contas a pagar	20	-	-	16.862.983	32.040.563
Provisões	22	266.336	266.336	5.924.662	57.407.320
Arrendamento mercantil	14	-	-	123.958	87.535
Total do passivo circulante		438.223	121.507.322	92.163.461	306.265.800
Passivo não circulante					
Tributos diferidos	19.2	-	-	1.119.445	9.272.672
Provisões para contingências	23	-	-	286.915	286.915
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	745.286.826	741.191.008
Arrendamento mercantil	14	-	-	30.397.817	23.051.541
Total do passivo não circulante		-	-	777.091.003	773.802.137
Patrimônio líquido					
Capital social	24.1	502.785.384	502.785.384	502.785.384	502.785.384
Reserva de lucros (prejuízos) acumulados	24.2	(11.725.561)	(4.481.947)	(11.725.561)	(4.481.947)
Total do patrimônio líquido		491.059.823	498.303.437	491.059.823	498.303.437
Total do passivo		491.498.046	619.810.759	1.360.314.287	1.578.371.375

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Solairedirect Holding Brasil S.A.

Demonstração dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

		Companhia		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	25	-	-	164.409.469	145.228.524
Custo de produção de energia	26	-	-	(70.048.484)	(57.813.397)
Lucro bruto		-	-	94.360.985	87.415.128
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	27	(873.063)	(1.458.723)	(6.745.137)	(6.772.171)
Outras receitas	28	-	103.193	7.247.922	761.463
Outras despesas	28	-	(150)	(506.670)	(1.727.107)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(5.729.519)	18.494.785	-	-
Total das receitas (despesas) operacionais		(6.602.581)	17.139.105	(3.885)	(7.737.815)
Lucro antes do resultado financeiro		(6.602.581)	17.139.105	94.357.100	79.677.313
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	29	6.628.616	198.571	13.890.117	11.695.917
Despesas financeiras	29	(7.269.649)	(1.345.677)	(105.563.735)	(65.528.957)
Total do resultado financeiro		(641.033)	(1.147.106)	(91.673.619)	(53.833.040)
Lucro (prejuízo) antes da tributação		(7.243.614)	15.991.999	2.683.482	25.844.274
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
IRPJ/CSLL corrente	19.1	-	-	(18.079.657)	(10.492.018)
IRPJ/CSLL diferido	19.1 e 19.3	-	-	8.152.561	639.743
Total de tributos sobre o lucro		-	-	(9.927.096)	(9.852.275)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(7.243.614)	15.991.999	(7.243.614)	15.991.999
Resultado por ação do capital social	24.3	(0,014)	0,032	(0,014)	0,032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Solairedirect Holding Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(7.243.614)	15.991.999	(7.243.614)	15.991.999
Total do resultado abrangente do exercício	(7.243.614)	15.991.999	(7.243.614)	15.991.999

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Solairedirect Holding Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2019		824.020.499	-	-	(20.478.162)	803.542.337
Redução de capital	24.1	(321.235.115)	-	-	-	(321.235.115)
Lucro líquido do exercício	24.2	-	-	-	15.991.999	15.991.999
Outros		-	-	-	4.216	4.216
Saldos em 31/12/2020		502.785.384	**-**	**-**	(4.481.947)	498.303.437
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	24.2	-	-	-	(7.243.614)	(7.243.614)
Saldos em 31/12/2021		502.785.384	**-**	**-**	(11.725.561)	491.059.823

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Solairedirect Holding Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

		Companhia		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-	(7.243.614)	15.991.999	2.683.482	25.844.274
Ajustes ao lucro (prejuízo):					
Resultado de equivalência patrimonial	15	5.729.519	(18.494.785)	-	-
Depreciação e amortização	12,13 e 26	-	-	39.177.620	38.197.440
Amortização direito de uso	14 e 26	-	-	808.788	564.587
Provisão de juros - mútuos coligadas/controladas		-	-	973	1.997.031
Impostos sobre mútuos coligadas/controladas		-	-	2.080	-
Provisão de juros - arrendamento	14 e 29	-	-	2.380.429	-
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	(2.687.888)	-
Amortização ágio	-	-	-	61.146	61.146
Provisões	-	-	206.336	3.737.968	2.413.609
Atualização depósitos judiciais	-	-	-	(78.569)	29.504
Baixas de ativo imobilizado	12	-	-	7.554.814	1.329.929
Troca em garantia - imobilizado	12	-	-	127.328	488.437
Doações recebidas - imobilizado	12	-	-	-	(2.377)
Baixa de ativo intangível	13	-	-	139.162	-
Tributos diferidos		-	-	(666)	-
Perdas de créditos não liquidados		-	-	900	-
Outras movimentações		-	-	-	(786.578)
		(1.514.095)	(2.296.450)	53.907.566	70.137.000
Variação nos ativos e passivos					
Variação contas a receber	-	-	-	17.831.394	3.736.939
Variação impostos a recuperar	-	(1.429.820)	(28.554)	(1.323.039)	(70.865)
Variação outros ativos	-	-	-	17.626.528	(22.642.532)
Variação outras contas a receber		-	-	-	(43.572)
Variação adiantamentos a fornecedores	-	-	17.676	1.733.316	8.671.866
Variação fornecedores	-	110.598	(5.591)	(13.101.189)	(22.920.446)
Variação tributos a pagar	-	55.418	(11.147)	376.768	(99.528)
Variação outras contas a pagar	-	-	-	(15.173.802)	(47.884.195)
Variação adiantamento de clientes	-	-	-	(17.813.154)	17.813.154
Caixa (consumido) gerado pelas operações		(1.263.804)	(27.616)	(9.843.179)	(63.439.178)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(16.992.831)	(10.667.085)
		-	-	(16.992.831)	(10.667.085)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais		(2.777.899)	(2.324.067)	27.071.556	(3.969.263)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado	12	-	-	(58.287.177)	(41.714.662)
Venda de ativo imobilizado	12	-	-	-	12.139.907
Aquisição de ativo intangível	13	-	-	(314.775)	-
Dividendos recebidos	15	-	3.519.178	-	-
Mútuos coligadas a receber		138.315	-	138.315	-
Redução de capital em investidas		-	360.474.903	-	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento		138.315	363.994.081	(58.463.637)	(29.574.755)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos - captação	17	-	-	98.364.271	142.493.172
Empréstimos e financiamentos pagos - principal	17	-	-	(47.607.874)	(20.562.304)
Empréstimos e financiamentos pagos - juros	17	-	-	(43.453.239)	(20.178.242)
Mútuos coligadas/controladas	17	-	111.451.416	(141.368)	111.629.211
Mútuos coligadas a pagar		(121.235.115)	-	(121.235.115)	-
(Redução) aumento de capital social	24.1	-	(321.235.115)	-	(321.235.115)
Pagamento de arrendamento	14	-	-	(2.477.352)	(2.067.718)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamento		(121.235.115)	(209.783.699)	(116.550.676)	(109.920.996)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(123.874.699)	151.886.315	(147.942.758)	(143.465.013)
Variação de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	156.218.446	4.332.130	329.635.108	473.100.121
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	32.343.747	156.218.446	181.692.350	329.635.108
(=) Variação de caixa e equivalentes de caixa		(123.874.699)	151.886.315	(147.942.758)	(143.465.013)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

1. Contexto operacional

A Solairedirect Holding Brasil S.A. é uma Companhia anônima de capital fechado, pertencente ao Grupo Engie Solar, constituída em 7 de julho de 2015, sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.336, 9º Andar – Conj. 91, Jardim Paulistano. A Companhia tem por objetivo social a participação no capital de outras Companhias.

Em 31 de julho de 2017, a Companhia adquiriu mediante instrumentos de "*Share Purchase Agreement",* a aquisição das ações com participação direta e 100% no capital social das Companhias denominadas Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. e Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. Diante deste evento societário concomitantemente detêm participação indireta na carteira de projetos de energia solar fotovoltaica, passando a controlar indiretamente 100% do capital social das Companhias Engie Solar Floresta I Geração Centralizada SPE S.A., Engie Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A., Engie Solar Floresta III Geração Centralizada SPE S.A. (em conjunto denominadas "Florestas") e Engie Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A., Engie Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A., Engie Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A., e Engie Solar Paracatu IV Geração Centralizada SPE S.A., (em conjunto denominadas "Paracatus").

Sendo as Florestas com capacidade instalada que totalizam 90MW e Paracatus com capacidade instalada que totalizam 132MW. As Companhias Controladas têm o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar.

As suas controladas Florestas entraram em operação comercial em novembro de 2018, conforme evidenciado abaixo:

- **Floresta I:** a partir do dia 01 de novembro de 2018, conforme despacho nº 2.320 de 1º de agosto de 2017;
- **Floresta II:** a partir do dia 01 de novembro de 2018, conforme despacho nº 2.321 de 1º de agosto de 2017;
- **Floresta III:** a partir do dia 01 de novembro de 2018, conforme despacho nº 2.322 de 1º de agosto de 2017;

As suas controladas Paracatus, entraram em operação comercial em janeiro e fevereiro de 2019, conforme evidenciado abaixo:

- **Paracatu I:** a partir do dia 09 de janeiro de 2019, conforme despacho nº 038 de 08 de janeiro de 2019;

- **Paracatu II:** a partir do dia 09 de fevereiro de 2019, conforme despacho nº 388 de 08 de fevereiro de 2019;
- **Paracatu III:** a partir do dia 09 de janeiro de 2019, conforme despacho nº 039 de 08 de janeiro de 2019;
- **Paracatu IV:** a partir do dia 09 de janeiro de 2019, conforme despacho nº 040 de 08 de janeiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações consolidadas apresentaram prejuízos acumulados no montante de R$ 11.725.561 sendo representados principalmente pelos impactos dos encargos financeiros/juros de suas controladas sobre os financiamentos obtidos junto ao BNDES em períodos posteriores ao início de suas operações. A continuidade operacional da Companhia é garantida pelos investidores do Grupo, os quais garantem o aporte de quaisquer recursos financeiros necessários para a continuidade das operações da Companhia, bem como a Administração tem aplicado esforços visando a otimização da estrutura financeira do grupo buscando minimizar os impactos das despesas financeiras de seu financiamento.

2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 20 de maio de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas.

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou do conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Companhia controla as Companhias mencionadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas Companhias. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, os resultados das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial.
Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a Companhia e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- Participações no capital e lucro líquido do exercício das controladas;
- Eliminação dos investimentos na proporção das participações sobre o capital, reservas e lucros acumulados das Companhias consolidadas.

O exercício social das controladas é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as Companhias controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12 e 13** – Depreciação e amortização;
- **Nota Explicativa nº 14** – Realização do direito de uso do ativo;
- **Nota Explicativa nº 19** – Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- **Nota Explicativa nº 23** – Provisão para contingências.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apresentação das demonstrações contábeis

Os Ativos e Passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário será demonstrado como não circulante. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A Companhia considera uma aplicação financeira os recursos que possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento que pode variar de 90 dias a 5 anos, a contar da data da contratação. Em todas essas aplicações, a disponibilidade dos recursos é imediata e os valores contábeis são compatíveis com os valores de realização.

Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de livre movimentação e temporários que possam ser sacados a qualquer momento sem riscos de alterações de valor.

As aplicações financeiras vinculadas são registradas no ativo não circulante e representam os saldos das contas reservas do serviço da dívida, ou seja, valores necessários para perfazer o montante equivalente a no mínimo três parcelas mensais de pagamento da dívida com o BNDES e/ou três meses de despesas decorrentes do contrato de operação e manutenção. Os mesmos são reclassificados para o ativo circulante de acordo com sua competência de realização.

3.3. Contas a receber

Mercado de curto prazo e energia reserva

Os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado – tanto no ACR (Ambiente de Contratação Regulada) como no ACL (Ambiente de Contratação Livre) – devem ser registrados na CCEE, que realiza a medição dos montantes efetivamente produzidos/consumidos por cada agente.

As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Assim, o Mercado de Curto Prazo é o segmento onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes e a Energia de Reserva referem-se ao contrato de venda de energia de reserva CER, celebrado no mercado junto a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) – alcançado mediante participação do 8º Leilão para contratação de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, o que lhes conferiram outorga a gerar energia elétrica, mediante a operação das Centrais Geradoras Solares Floresta I, Floresta II, Floresta III, localizada em Areia Branca- RN, com Potência Instalada de 90MW e Paracatu I, Paracatu II, Paracatu III e Paracatu IV, localizada em Paracatu-MG, com Potência Instalada de 132MW.

Para a operação descrita acima, não há constituição de PECLD (Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte.

3.4. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de sua respectiva depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado de forma linear, com base na vida útil do Parque Solar, sendo calculada a partir da data em que o bem entra em funcionamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados conforme Nota Explicativa nº 13 – Intangível e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.6. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Conforme previsto no contrato de concessão de uso, a partir do início da operação comercial da usina, o arrendatário pagará ao arrendador, remuneração mensal equivalente ao percentual definido sobre a receita bruta da usina, proporcional ao número de megawatts instalados no imóvel, decorrente da comercialização de eletricidade produzida na área objeto da concessão, durante o período de vigência.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras.
As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

3.8. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: **(i)** ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); **(ii)** custo amortizado; e **(iii)** ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente para pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios para administrar ativos financeiros se refere a como a Companhia gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixas contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução do valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa, depósitos bancários vinculados e instrumentos financeiros derivativos.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais de receber fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa a um terceiro nos termos de um contrato, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou o controle do ativo.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de:

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros e aos fornecedores.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: **(i)** contratos de garantia financeira; **(ii)** compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; **(iii)** passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo.

Desreconhecimento (baixa)

A Companhia baixa um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.9. Obrigações trabalhistas e tributárias

Representam os valores de salários, férias, encargos trabalhistas, tributos e contribuições devidos pela Companhia na data do encerramento social do exercício.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das controladas são apurados com base no lucro presumido e a controladora com base no lucro real.

Correntes

São calculados individualmente por entidade de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis e são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, quando os tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e serão quitados pelo valor líquido.

Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas consolidadas da Companhia decorrem principalmente da geração e comercialização de energia elétrica, nos termos dos contratos comerciais. Enquanto não faturado, a receita pela geração de energia elétrica é reconhecida pelo montante gerado e seu faturamento é efetuado no mês subsequente.

3.12. Outras receitas/despesas

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, nas demonstrações do resultado.

3.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação ou direito presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação ou ainda creditados e uma estimativa confiável do valor da obrigação ou direito possa ser feita.

A Companhia e suas controladas no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de natureza cível. A Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade, ou não, da constituição de provisão para contingências.

3.14. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.

3.15. Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado e apresentado nas demonstrações do resultado, através do lucro ou prejuízo líquido do exercício (básico e diluído) e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações na data-base das demonstrações contábeis). A Companhia não possui itens diluidores do seu lucro líquido do exercício, apresentando, desta forma, apenas o lucro básico por ação.

3.16. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03(R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

3.17. Novas normas e interpretação

Não houve a aplicação de novas normas e intepretações no período findo em 31 de dezembro de 2021 que impactassem as operações da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras vinculadas

Os Investimentos em aplicações financeiras estão representados por quotas de fundos de investimentos de curto prazo e renda fixa, com rendimentos próximos à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e com disponibilidade diária e estão distribuídos conforme abaixo:

Circulante:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Bancos	-	-	17.545.124	18.956.132
Aplicações financeiras	32.343.747	156.218.446	164.147.226	310.678.976
Total	**32.343.747**	**156.218.446**	**181.692.350**	**329.635.108**

Não circulante:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Aplicações financeiras vinculadas **(*)**	-	-	25.260.666	22.572.778
Total	**-**	**-**	**25.260.666**	**22.572.778**

(*) As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante representam os saldos das contas reservas (exigência do BNDES), sendo:

- Conta reserva do serviço da dívida, valor necessário para perfazer o montante equivalente a no mínimo três parcelas mensais de pagamento da dívida com BNDES;
- Conta reserva O&M valor necessário para perfazer o montante equivalente a três meses de despesas decorrentes do contrato de operação e manutenção.

5. Contas a receber

O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Energia de reseva	-	-	17.257.727	33.351.817
Mercado curto prazo	-	-	-	1.737.304
Total	**-**	**-**	**17.257.727**	**35.089.121**

O modelo do setor elétrico brasileiro conta, desde 2008, com a Energia de Reserva, destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN). A energia de reserva é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR).

A regulamentação do mecanismo deu-se pelo Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o início da comercialização ocorreu um ano mais tarde. A CCEE passou a representar os agentes de consumo desta energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão da Conta de Energia de Reserva.

Esta modalidade de contratação é formalizada mediante a celebração dos Contratos de Energia de Reserva (CER), entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE – na condição de representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, aqueles referidos no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 e os autoprodutores.

Os Contratos de Uso de Energia de Reserva (CONUER) são celebrados entre a CCEE e os agentes de consumo – distribuidores, consumidores livres e consumidores especiais – em decorrência dos Contratos de Energia de Reserva (CER) – estes, celebrados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE.

Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte.

6. Impostos a recuperar

Representado por:

Circulante:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.291.120	24.502	1.307.806	24.531
Tributos Antecipados	133.263	-	133.263	-
Crédito de IRPJ	149.194	119.263	167.516	138.365
Crédito de CSLL	-	-	1.440	-
Imposto de Renda	-	-	1.648	1.594
Contribuição Social	-	-	398	574
CRF a Compensar	-	-	1.035	1.089
IRRF a Compensar	234	226	544	16.710
CSLL a Compensar	-	-	70	12.182
INSS a Recuperar	-	-	2.367	2.367
Total	**1.573.811**	**143.991**	**1.616.087**	**197.412**

Não circulante:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
ICMS a Recuperar (*)	-	-	821.290	916.926
Total	**-**	**-**	**821.290**	**916.926**

(*) O saldo representado nesta rubrica, refere-se a processo de restituição junto a SEFAZ-RN e SEFAZ-MG, referente recolhimentos indevidos, ocorridos durante o exercício de 2018. Os processos em questão estão em andamento.

7. Adiantamentos a fornecedores

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
BYD Energy do Brasil	-	-	4.078.410	4.429.733
Steag Energy Services do Brasil Ltda	-	-	-	17.795
EOLICAMAR E TERRA	-	-	14.608	-
EOLICA BELA VISTA	-	-	17.267	-
DEI - Departamento Estadual de Imprensa	-	-	576	-
A DE O Viana	-	-	330	-
Ineo Tinea	-	-	58.990	-
Balaroti	-	-	544	-
Grid Solutions	-	-	826.713	847.083
Energ Pow er Ltda	-	-	-	32.226
Prysmian Cabos e Sistemas	-	-	-	4.257
Engie Brasil Energia S.A.	275	275	275	275
Fornecedores	-	-	2.000	-
IDEMA	-	-	4.489	-
Junta Comercial do Estado do RN	-	-	1.670	-
Oficio unico de notas e registros	-	-	2.185	-
GE Pow er	-	-	-	1.410.004
Total	**275**	**275**	**5.008.057**	**6.741.373**

8. Outros ativos circulantes

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Comissão Fiança	-	-	22.321	20.419
Garantia Estendida - GRID Solutions	-	-	978.331	-
Módulos para instalação	-	-	3.557.966	-
Caução	-	-	-	1.200
Seguros	-	-	124.475	17.172
Adiantamentos para despesas diversas	-	-	5.346	-
Aluguéis Antecipados	-	-	1.155.664	843.162
Total	**-**	**-**	**5.844.103**	**881.953**

9. Outros ativos não circulantes

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Performance Negativa SDBR (*)	-	-	-	24.100.000
Garantia Estendida Apropriar - GRID Solutions (**)	-	-	2.114.794	-
Generalli Brasil Seguros Ltda	-	-	87.270	-
Seguros	-	-	3.108	8.444
Total	**-**	**-**	**2.205.172**	**24.108.444**

(*) O saldo em 2020 referia-se ao valor de caráter punitivo relativo ao não cumprimento de cláusula contratual pela Solairedirect Brasil Energia e Consultoria Ltda., companhia do grupo, cuja quitação ocorreu em 28/07/2021.

(**) Em 31/12/2021, a companhia possuía contrato firmado com a Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda. referente à garantia estendida sobre defeitos nos transformadores para o período de quatro anos a partir de 31/03/2021.

10. Partes relacionadas

Representado por:

Mútuos coligadas a receber:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Engie Solar Floresta Holding	-	138.315	-	-
Solaire Paracatu V	-	-	8.421	8.376
Solaire Paracatu VI	-	-	8.469	8.424
Solaire Paracatu VII	-	-	6.033	5.988
Solaire Paracatu VIII	-	-	6.918	6.872
Solaire Paracatu IX	-	-	8.445	8.400
Solaire Paracatu X	-	-	8.457	8.412
Total	**-**	**138.315**	**46.743**	**46.472**

O mútuo com a ENGIE Solar Floresta Holding, firmado em junho de 2020, na quantia principal de R$ 134.500,00, sendo atualizado mediante cálculo a partir da taxa de 100% do CDI mais 1,5% de spread (ao ano), *pro rata die*, foi recebido em 19/03/2021.

Mútuos coligadas a pagar:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Solairedirect Investment Management	-	121.235.115	-	121.235.115
Total	**-**	**121.235.115**	**-**	**121.235.115**

O mútuo junto a Solairedirect Investment Management, firmado em dezembro de 2020, tem como finalidade a devolução do capital investido, foi liquidado em dezembro de 2021.

11. Depósitos judiciais

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	-	-	1.358.684	1.280.116
Total	**-**	**-**	**1.358.684**	**1.280.116**

Saldo representado substancialmente pelo - Processo judicial nº 0100994-63-2017.8.20.0113, em trâmite perante a justiça estadual do RN – vara de Areia Branca.

Essa ação judicial foi proposta com a finalidade de: **(i)** suspender a exigibilidade da Taxa de Licenciamento de Obras, com base no artigo 151, II, do CTN; **(ii)** cancelar a cobrança de referida Taxa, tendo em vista a abusividade do valor e a total desproporção com o custo da atividade pública de fiscalização da obra.

A tutela antecipada foi deferida e, atualmente, o processo encontra-se conclusos com o juiz (houve redistribuição do processo em 2017, razão pela qual o andamento ficou mais lento). Já houve contestação da prefeitura e réplica dos assessores jurídicos.

Saldo também é representado pelo processo judicial em trâmite perante a justiça estadual de MG – vara de Paracatu. A ação judicial está relacionada as propriedades em que passa a linha de transmissão do parque solar de Paracatu.

12. Imobilizado

Representado por:

Composição do ativo imobilizado

	Consolidado				
	31/12/2021				2020
Descrição	Taxa de depreciação (a.a. %)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Parque Solar	3,33	1.129.109.113	(121.246.381)	1.007.862.732	998.451.060
Subestação Consórcio	3,33	58.761.661	(5.186.338)	53.575.323	55.564.971
Moveis e utensílios	6,25	249.408	(10.222)	239.186	-
Equipamentos de Escritório	6,25	7.545	(363)	7.182	-
Subtotal		**1.188.127.727**	**(126.443.304)**	**1.061.684.424**	**1.054.016.031**
Imobilizado em Andamento (*)		-	-	-	55.911.281
Total		**1.188.127.727**	**(126.443.304)**	**1.061.684.424**	**1.109.927.312**

Movimentação do ativo imobilizado

	Consolidado					
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas (**)	Transferências (***)	Depreciações	Saldo em 31/12/2021
Parque Solar	998.451.060	58.007.470	(7.682.142)	(4.945.516)	(35.968.140)	1.007.862.732
Subestação Consórcio	55.564.971	22.755	-	-	(2.012.403)	53.575.323
Moveis e utensílios	-	249.408	-	-	(10.222)	239.186
Equipamentos de Escritório	-	7.545	-	-	(363)	7.183
Subtotal	**1.054.016.031**	**58.287.178**	**(7.682.142)**	**(4.945.516)**	**(37.991.128)**	**1.061.684.424**
Imobilizado em Andamento (*)	55.911.281	-	(55.911.281)	-	-	-
Total	**1.109.927.312**	**58.287.178**	**(63.593.423)**	**(4.945.516)**	**(37.991.128)**	**1.061.684.424**

(*) Imobilizado em andamento refere-se as aquisições e transferências de equipamentos para conclusão da construção dos parques solares.

(**) As baixas do parque solar referem-se à venda de parte da Subestação e Módulos para outras empresas do grupo, bem como notas fiscais canceladas reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados.

(***) As transferências do parque solar trata-se do reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados. Em agosto de 2021, o valor do software SCADA foi reclassificado para o intangível.

13. Intangível

Representado por:

Composição do ativo intangível

Consolidado						
		31/12/2021				2020
Descrição	Taxa de depreciação (a.a. %)	Vida Útil (anos)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Liquido
Projeto Parque Solar	3,33	30	24.642.166	(2.837.197)	21.804.969	22.626.373
Software SCADA	3,33	30	5.121.428	(365.086)	4.756.342	-
Total			**29.763.594**	**(3.202.283)**	**26.561.311**	**22.626.373**

Movimentação do ativo intangível

Consolidado						
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transferências	Baixas	Amortizações	Saldo em 31/12/2021
Projeto Parque Solar	22.626.373	-	-	-	(821.404)	21.804.969
Software SCADA	-	314.775	4.945.816	(139.162)	(365.087)	4.756.342
Total	**22.626.373**	**314.775**	**4.945.816**	**(139.162)**	**(1.186.491)**	**26.561.311**

Os valores constantes na conta intangível são registrados pelo custo de aquisição reduzidos da amortização acumulada apurada no método linear com relação à vida útil do parque solar e refere-se à aquisição de projeto para construção do parque solar no município de Areia Branca, adquirido junto a MSPAR Energia e Participações e para construção do parque solar no município de Paracatu, adquirido junto a Solatio Energia. O intangível possui vida útil com base no contrato de operação comercial do parque solar.

14. Direito de uso de arrendamento

Representado por:

Composição do direito de uso de arrendamento

Consolidado							
			12/2021				2020
Descrição	Taxa de desconto anual	Prazo (anos)	Direito de uso	Renegociação do contrato de arrendamento	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Contrato de aluguel	10,20%	35	23.199.164	7.489.675	(1.372.829)	29.316.010	22.645.177
Total			**23.199.164**	**7.489.675**	**(1.372.829)**	**29.316.010**	**22.645.177**

(*) Os contratos são atualizados anualmente com base no IGP-M/FGV. A taxa considerada na renegociação em 2021 foi de 37,06%.

Movimentação do arrendamento mercantil – passivo circulante

Consolidado								
			2020	12/2021				
Descrição	Taxa Anual	Prazo (Anos)	Valor Líquido	Renegociação do contrato	Amortização Aluguel	Amortização Encargos	Transferências	Valor Líquido
Contrato de Aluguel	10,20%	35	87.535	20.891	(2.477.352)	2.380.429	112.455	123.958
Total	**10,20%**	**35**	**87.535**	**20.891**	**(2.477.352)**	**2.380.429**	**112.455**	**123.958**

Obs.: O valor classificado no circulante é consideravelmente inferior ao não circulante no início do arrendamento em decorrência do alto volume de juros incluídos nas primeiras parcelas diante do longo prazo do contrato de arrendamento. Isso tende à uma inversão ao longo dos últimos anos do contrato.

Movimentação do arrendamento mercantil – passivo não circulante

			Consolidado				
			2020	12/2021			
Descrição	Taxa Anual	Prazo (Anos)	Valor Líquido	Renegociação do contrato	Transferência Aluguel	Transferência Encargos	Valor Líquido
Contrato de Aluguel	10,20%	35	23.051.541	7.458.731	(2.676.510)	2.564.055	30.397.817
Total	**10,20%**	**35**	**23.051.541**	**7.458.731**	**(2.676.510)**	**2.564.055**	**30.397.817**

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados pela taxa de captação incremental do arrendatário em 1º de janeiro de 2019. Essa taxa foi calculada com base na taxa de captação incremental do Grupo ajustada de acordo com o CPC 06 (R2), levando em consideração: o ambiente econômico das subsidiárias e, em particular, seu risco de crédito, a moeda na qual o contrato foi concluído e a duração restante do contrato em 1º de janeiro de 2019. A metodologia aplicada para determinar a taxa de empréstimo incremental reflete o perfil dos pagamentos da locação (método de duração). A taxa de empréstimo incremental média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019 era de aproximadamente 10,20%, e a mesma continua para o ano de 2020 e 2021.

No exercício de 2020 e no período de janeiro a dezembro de 2021, o cálculo do arrendamento mercantil foi reavaliado em decorrência da Performance Negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE, considerando que a receita fixa de energia de reserva e a penalidade é base para cálculo do arrendamento.

Os períodos de vigência dos contratos junto aos locadores são conforme segue:

- **Floresta I** – 01/11/2017 a 31/10/2052;
- **Floresta II** – 01/11/2017 a 31/10/2052;
- **Floresta III** – 01/12/2017 a 30/11/2052.
- **Paracatu I** – 01/02/2019 a 31/12/2053;
- **Paracatu II** – 01/03/2019 a 31/01/2054;
- **Paracatu III** – 01/02/2019 a 31/12/2053;
- **Paracatu IV** – 01/02/2019 a 31/12/2053;

A Companhia apresenta no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

	Valor (R$)
2022	3.048.965
2023	3.048.965
2024	3.048.965
2025	3.048.965
2026 a 2030	17.239.120
2031 a 2054	68.445.134
Parcelas não descontadas	**97.880.114**
Juros embutidos	(67.358.339)
Saldo passivo de arrendamento em 2021	**30.521.775**

15. Investimentos e ágio sobre investimentos

A Companhia possui participação direta e 100% no capital social das Companhias denominadas Floresta Holding e Paracatu Holding, controlando de forma indireta 100% do capital social das Companhias Floresta I, Floresta II, Floresta III, Paracatu I, Paracatu II, Paracatu III, e Paracatu IV.

O resultado de Equivalência Patrimonial refere-se a 100% do resultado das investidas no período abaixo.

A aquisição das controladas, ocorrida em 2017 resultou em ágio por expectativa de rentabilidade futura, que será amortizado (fiscalmente apenas) quando da geração de lucros tributáveis futuros pelo período de licença concedido pelo Ministério de Minas e Energia para a exploração econômica dos parques solares.

a) A composição é como segue:

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Participação societárias permanentes	458.917.221	444.814.948
Avaliação pelo método de equivalência patrimonial	(5.729.519)	18.494.784
Renúncia de dividendos/ Dividendos a receber	540.995	(4.392.511)
Total	**453.728.697**	**458.917.221**

b) A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Dividendos a receber	Equivalência patrimonial	Renúncia de dividendos	Saldo em 31/12/2021
Engie Solar Floresta Holding S.A.	187.153.973	(3.851.516)	16.216.910	3.360.730	202.880.097
Engie Solar Paracatu Holding S.A.	271.763.248	-	(21.946.429)	1.031.781	250.848.601
Total	**458.917.221**	**(3.851.516)**	**(5.729.519)**	**4.392.511**	**453.728.697**

Em assembleia realizada no dia 30/04/2021 os acionistas renunciaram o recebimento dos dividendos obrigatórios apurados em 2020. O saldo de dividendos a pagar foi revertido e destinado à conta de reservas de lucros no balanço das controladas e revertido na controladora do saldo de dividendos a receber para o saldo de investimentos.

c) Informações das controladas:

	2021					
	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Partipação
Engie Solar Floresta Holding S.A.	174.036.469	520.872.172	317.992.074	202.880.098	16.216.911	100%
Engie Solar Paracatu Holding S.A.	256.788.055	805.528.059	554.679.459	250.848.600	(21.946.429)	100%
Total	**430.824.524**	**1.326.400.231**	**872.671.533**	**453.728.698**	**(5.729.519)**	

16. Fornecedores

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de Equipamentos	-	500	14.988.946	28.300.211
Fornecedores de Serviços	111.098	-	330.379	120.303
Total	**111.098**	**500**	**15.319.325**	**28.420.514**

A totalidade dos saldos é representada por fornecedores de equipamentos necessários para construção e funcionamento dos parques solares e desempenho de seu objeto social, bem como também por fornecedores de prestação de serviços, necessários para manutenção e bom desempenho dos mesmos em suas operações.

Os valores constantes na conta de fornecedores referem-se a obrigações com Fornecedores Nacionais e sua liquidação prevista para período inferior a 365 dias.

17. Empréstimos e financiamentos

Representado por:

Movimentação do financiamento

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31/12/2019	**37.790.156**	**657.522.610**	**695.312.766**
Captação BNDES - principal	4.734.411	68.092.940	72.827.351
Captação BNDES - juros incorridos	60.017.451	-	60.017.451
Transferências	(15.575.457)	15.575.457	-
Amortização de principal	(20.562.304)	-	(20.562.304)
Amortização de juros	(20.178.242)	-	(20.178.242)
Saldos em 31/12/2020	**46.226.013**	**741.191.008**	**787.417.021**
Captação BNDES - principal	228.465	3.198.532	3.426.997
Captação BNDES - juros incorridos	94.937.271	-	94.937.271
Transferências	(897.286)	897.286	-
Amortização de principal	(47.607.871)	-	(47.607.871)
Amortização de juros	(43.453.239)	-	(43.453.239)
Saldos em 31/12/2021	**49.433.353**	**745.286.826**	**794.720.179**

	Valor (R$)
2022	49.433.353
2023	49.433.353
2024	49.433.353
2025 a 2030	296.600.120
2031 a 2038	349.819.999
Total financiamentos	**794.720.179**

17.1. Liberação de recursos BNDES – Florestas

Em 2018, O BNDES abre à Companhia, crédito total no valor de R$ 315.564.000,00, créditos postos à disposição da companhia parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação referidas nas cláusulas de seu contrato, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitadas a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

Em 20.12.2018, o BNDES liberou o montante de R$ 265.000.000,00, destinados à implantação da UFV Floresta I, UFV Floresta II e UFV Floresta III, (em conjunto denominadas “Beneficiárias” no âmbito do contrato de financiamento, localizada no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte, e à aplicação da SE Areia Branca.

Em 30.05.2019, o BNDES liberou o montante de R$ 25.105.000,00, destinados à implantação da UFV Floresta I, UFV Floresta II e UFV Floresta III localizada no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte, e à aplicação da SE Areia Branca.

Em 24.12.2020, o BNDES liberou o montante de R$ 15.474.000,00, destinados à implantação da UFV Floresta I, UFV Floresta II e UFV Floresta III localizada no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte, e à aplicação da SE Areia Branca.

Em 27 de maio de 2021, o BNDES liberou o montante de R$ 3.427.000,00 destinados à implantação da UFV Floresta I, UFV Floresta II e UFV Floresta III localizada no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte, e à aplicação da SE Areia Branca.

17.2. Liberação de recursos BNDES – Paracatus

Em 2019, O BNDES abre à companhia, crédito total no valor de R$481.900.000,00, créditos estes que foram postos à disposição da companhia parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação referidas nas cláusulas de seu contrato, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitadas a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

Em 18/07/2019, o BNDES liberou o montante de R$ 390.798.278,89, destinados à implantação da UFV Paracatu I, UFV Paracatu II, UFV Paracatu III e UFV Paracatu IV, localizadas no município de Paracatu, Minas Gerais.

Em 27/11/2019, o BNDES liberou o montante de R$ 241.000.000,00, destinados a UFV Paracatu I, UFV Paracatu II, UFV Paracatu III e UFV Paracatu IV, localizadas no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Em 16/03/2020, o BNDES liberou o montante de R$ 67.001.721,00, destinados a UFV Paracatu I, UFV Paracatu II, UFV Paracatu III e UFV Paracatu IV, localizadas no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

17.3. Taxas de juros

Para o projeto Floresta sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano acima da Taxa de Longo Prazo (TLP) a título de remuneração e para o projeto Paracatu 2,98% (dois inteiros e noventa e oito centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), pelo spread do BNDES de 1,94% ao ano e variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) *pro rata temporis*.

17.4. Garantias da operação

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas foram estabelecidas as seguintes garantias:

i) A Solairedirect holding dá, ao BNDES, em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão da Floresta Holding e Paracatu Holding, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social das respectivas empresas, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pela mesma;

ii) A Floresta Holding, e Paracatu Holding dão ao BNDES em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão das Beneficiárias, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social das Beneficiárias, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pelas mesmas;

iii) As Beneficiárias dão em penhor ao BNDES, os módulos fotovoltaicos e inversores relativos ao Projeto.

iv) As Beneficiárias cederão fiduciariamente ao BNDES:

a) Os direitos creditórios provenientes dos Contratos de Energia de Reserva (“CERs”) celebrados entre as Beneficiárias e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);

b) Os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia que venham a ser celebrados pelas Beneficiárias, no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR);

c) Quaisquer outros direitos creditórios e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste;

d) Entre outros direitos.

v) A Floresta Holding e Paracatu Holding cederão fiduciariamente ao BNDES:

a) Os direitos creditórios da “Conta centralizadora Holding”, conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária; e

b) Os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com as Beneficiárias, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

17.5. Prazo de amortização

Para o Projeto Floresta o principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 216 (duzentas e dezesseis) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de novembro de 2018, observado o disposto na Cláusula Vigésima Terceira (Vencimento em Dias Feriados), comprometendo-se as Beneficiárias a liquidarem com a última prestação, em 15 (quinze) de dezembro de 2036 todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

Para o Projeto Paracatu o principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 233 (duzentas e trinta e três) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de junho de 2019, observado o disposto na Cláusula Vigésima Terceira (Vencimento em Dias Feriados), comprometendo-se as Beneficiárias a liquidarem com a última prestação, em 15 (quinze) de dezembro de 2038 todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

17.6. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (*covenants*)

Em 31 de dezembro de 2021, a Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. e Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. estão em cumprimento dos *covenants*, da obrigação de apuração de no mínimo 1,300 (1,3x) do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de acordo com os termos da clausula 12ª no inciso XII do Contrato de Financiamento.

Considerando as premissas do contrato aplicadas sobre as informações contábeis da Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado em 31 de dezembro de 2021 representa ICSD = 1,34.

Considerando as premissas do contrato aplicadas sobre as informações contábeis da Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado em 31 de dezembro de 2021 representa ICSD = 1,52.

17.7. Suspensão de pagamentos em 2020 *(standstill)*

A Companhia obteve a suspensão temporária dos pagamentos do financiamento contratado com o BNDES pelo prazo de seis meses, benefício esse que estava incluso no pacote de medidas emergenciais anunciado pelo Governo Federal (*standstill*) em decorrência da pandemia da Covid-19. A carência do parcelamento direto teve início em maio de 2020 e esse pagamento foi retomado em novembro de 2020. Houve capitalização do saldo devedor sem alteração no prazo de amortização da dívida ou nas taxas de juros dos contratos. O benefício proporcionou alívio imediato no fluxo de caixa das Companhias. Em 2021 os pagamentos foram realizados sistematicamente e não houve novas ocorrências que justificassem um novo "*standstill*".

18. Tributos a pagar

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	-	-	2.121.440	1.267.089
Contribuição Social	-	-	1.198.680	986.350
PIS	7.025	619	119.335	102.398
COFINS	43.231	3.802	561.741	473.854
ISS Retido s/ Serviços de Terceiros	-	-	57.606	14.940
INSS Retido s/ Serviços de Terceiros	149	149	89.333	30.011
Imposto de Renda Retido na Fonte	3.698	190	35.712	84.694
CRF - Contribuições Retidas na Fonte	6.686	612	85.284	72.728
ICMS	-	-	230.049	3.523
Total	**60.789**	**5.372**	**4.499.180**	**3.035.587**

19. Apuração do imposto de renda e contribuição social corrente e tributos diferidos

19.1. Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Totais	IRPJ	CSLL	Totais
Lucro Presumido						
Receita bruta	194.750.211	194.750.211		202.746.989	202.746.989	
Alíquota presunção	8%	12%		8%	12%	
Lucro presumido	**15.580.017**	**23.370.025**		**16.219.759**	**24.329.639**	
Outras receitas	36.433.488	36.433.488		12.862.263	12.862.263	
Base de cálculo Lucro presumido	**52.013.505**	**59.803.513**		**29.082.022**	**37.191.902**	
Lucro Real						
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(7.243.614)	(7.243.614)		4.386.582	4.386.582	
(+) Adições	21.946.429	21.946.429		20.274,50	20.274,50	
(-) Exclusões	(16.216.911)	(16.216.911)		(4.155.423)	(4.155.423)	
Lucro (prejuízo) real antes da compensação	**(1.514.095)**	**(1.514.095)**		**251.434**	**251.434**	
(-) Compensação do prejuízo fiscal	-	-		(75.430)	(75.430)	
Base de cálculo Lucro Real	**-**	**-**		**-**	**-**	
Base de cálculo Consolidada	**52.013.505**	**59.803.513**		**29.082.022**	**37.191.902**	
IRPJ (15%) e CSLL (9%) devido	7.748.035	5.334.035	13.082.070	4.388.704	3.363.112	7.751.815
Adicional do IRPJ - 10%	4.997.587	-	4.997.587	2.740.202	-	2.740.202
Total do imposto/contribuição devido	**12.745.622**	**5.334.035**	**18.079.657**	**7.128.906**	**3.363.112**	**10.492.018**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(12.745.622)	(5.334.035)	(18.079.657)	(7.128.906)	(3.363.112)	(10.492.018)
Diferido	5.983.365	2.169.196	8.152.561	407.002	232.741	639.743
	(6.762.257)	**(3.164.839)**	**(9.927.096)**	**(6.721.904)**	**(3.130.371)**	**(9.852.275)**

19.2. Movimentação do diferido – passivo

	Consolidado					
		IRPJ e CSLL		PIS e COFINS		
Natureza dos créditos	Saldo 31/12/2020	Provisão	Reversão de provisão	Provisão	Reversão Provisão	Saldo 31/12/2021
Mercado Curto Prazo (Não Faturado)	1.120.672	5.543.452	(5.544.015)	7.163.071	(7.163.735)	1.119.445
Performance Negativa SDBR	8.152.000	-	(8.152.000)	-	-	-
	9.272.672	**5.543.452**	**(13.696.015)**	**7.163.071**	**(7.163.735)**	**1.119.445**

19.3. Imposto de renda e contribuição social diferido – resultado

		Consolidado			
		12/2021			2020
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Energia de reserva (não faturado)	17.257.727	5.983.365	2.169.196	8.152.561	639.743
	17.257.727	**5.983.365**	**2.169.196**	**8.152.561**	**639.743**

Os valores de tributos diferidos, referem-se aos impostos sobre as provisões de energia de reserva e mercado de curto prazo que são revertidos no mês seguinte e 3º mês subsequente respectivamente, mediante emissão de nota fiscal e os impostos sobre a provisão do valor de caráter punitivo relativo ao não cumprimento de cláusula contratual pela Solaire Direct Brasil Energia e Consultoria Ltda, responsável pelo gerenciamento e performance das unidades geradoras de Energia.

20. Outras contas a pagar

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Penalidade a pagar CER – Ano 2 (*)	-	-	-	31.009.175
Penalidade a pagar CER – Ano 3 (*)	-	-	16.861.927	-
Contas a pagar - SDBR	-	-	1.056	817.425
Contas a pagar - ENGIE Brasil Energia S.A.	-	-	-	213.963
Total	**-**	**-**	**16.862.983**	**32.040.563**

(*) Representa os ressarcimentos à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) no fechamento do contrato anual, decorrente de Performance Negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE.

21. Adiantamento de clientes - consolidado

Representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	17.813.154
Total	**-**	**17.813.154**

O adiantamento de clientes representa os valores recebidos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), referente a geração de energia, aguardando emissão de nota fiscal em 2020 e regularizado ao longo de 2021.

22. Provisões

As provisões representam despesas incorridas pela Companhia, ou cuja ocorrência se dará no próximo exercício fiscal. Os valores foram estimados com confiabilidade e precisão, sendo provável que o desembolso de recursos ocorrerá para a liquidação da obrigação.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de contas a pagar	-	-	-	55.220.626
Provisão de Serviços - Engie Solar S.AS	-	-	836.614	-
Provisão penalidade CER - Ano 3	-	-	-	1.812.157
Provisão penalidade CER - Ano 4	-	-	4.251.797	-
Provisão serviços a pagar SDBR	-	-	73.915	108.201
Provisão de custos - Consórcio Mar e Terra e Areia B	-	-	496.000	-
Provisão Contas a Pagar - Engie Brasil Energia	266.336	266.336	266.336	266.336
Total	**266.336**	**266.336**	**5.924.662**	**57.407.320**

O valor citado na rubrica de “Provisões de contas a pagar” trata-se da provisão de serviços e aquisição de equipamentos junto a Solairedirect Brasil Consultoria e demais fornecedores, para construção do parque solar. Em 30/04/2021, a provisão foi revertida pela emissão de notas fiscais, que compôs o custo dos Parques Solares.

23. Provisões para contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível. A Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a controlada denominada Paracatu III, possui contingências com probabilidade de perda provável. O saldo é representado pelo processo judicial em trâmite perante a justiça estadual de MG – vara de Paracatu. A ação judicial está relacionada as propriedades em que passa a linha de transmissão do parque solar de Paracatu. Desta forma houve constituição de provisão para contingências.

Não circulante

	Companhia		Consolidado	
	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
Provisão Indenizações Judiciais	-	-	286.915	286.915
Total	**-**	**-**	**286.915**	**286.915**

Em 31 de dezembro de 2021, os processos com perdas possíveis sumarizaram o montante consolidado de R$ 13.544.842 em nome da Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. e suas controladas e R$ 60.671.066 em nome da Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. e suas controladas, respectivamente.

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

Capital social totalmente subscrito e integralizado no valor total de R$ 502.785.384 (quinhentos e dois milhões e setecentos e oitenta e cinco mil e trezentos e oitenta e quatro reais) divididos em 502.785.384 (quinhentos e dois milhões e setecentos e oitenta e cinco mil e trezentos e oitenta e quatro) ações ordinárias e nominativas no valor nominal de R$ 1,00 cada, distribuídos conforme a seguir:

Acionista	31/12/2021	31/12/2020	Participação no capital
Solairedirect Investment Management S.A.	502.785.384	502.785.384	100%
Total	**502.785.384**	**502.785.384**	**100%**

Ocorreu em 01/09/2020 a redução de Capital no valor de R$ 321.235.115, com o respectivo cancelamento das ações correspondentes e mediante a restituição do montante de R$ 200.000.000,00 à acionista Solairedirect Investment Management S.A em 22 de dezembro de 2020 e o saldo remanescente de R$ 121.235.115,00 será restituído até dezembro do ano de 2022.

24.2. Prejuízos acumulados

A composição dos prejuízos acumulados é demonstrada a seguir:

	Movimentação
Exercício 2016	(3.519)
Exercício 2017	(14.259.142)
Exercício 2018	16.530.612
Exercício 2019	(22.741.897)
Exercício 2020	15.991.999
Exercício 2021	(7.243.614)
Total	**(11.725.561)**

24.3. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, comparativamente com o mesmo período de 2020.

A Companhia não possui instrumentos financeiros com potencial de diluição do resultado por ação, assim, os resultados básicos e diluídos por ações são iguais para todos os exercícios apresentados.

	2021	2020
Resultados dos exercícios	(7.243.614)	15.991.999
Quantidade de ações	502.785.384	502.785.384
Resultados básicos e diluídos por ações - em R$	**(0,014)**	**0,032**

25. Receita líquida

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de venda e serviços				
Fornecimento de energia de reserva - (faturado)	-	-	206.543.100	181.104.969
Energia elétrica CP - geração própria (faturado)	-	-	1.549.795	310.919
Fornecimento de energia de reserva retida (faturado)	-	-	-	21.331.101
Fornecimento de energia de reserva - (competência 2020)	-	-	(16.094.090)	-
Total receita faturada	-	-	**191.998.805**	**202.746.989**
Fornecimento de energia de reserva - (não faturado)			-	316.951
Energia elétrica CP - geração própria (não faturado)	-	-	(1.174.475)	(4.806)
Fornecimento de energia de reserva retida (não faturado)	-	-	-	(21.331.101)
Reversão de receitas provisionadas	-	-	(375.320)	(76.210)
Performance Negativa CCEE	-	-	(19.018.796)	(29.809.612)
Deduções por atraso e desempenho	-	-	(76.200)	-
Total receita a faturar/performance negativa/ desempenho	-	-	**(20.644.791)**	**(50.904.778)**
Total Receita Bruta	-	-	**171.354.014**	**151.842.211**
Deduções da receita bruta				
PIS	-	-	(1.236.818)	(1.317.855)
COFINS	-	-	(5.708.392)	(6.082.410)
PIS diferido	-	-	119	140.076
COFINS diferido	-	-	546	646.502
Total deduções	-	-	**(6.944.545)**	**(6.613.687)**
Receita operacional liquida	-	-	**164.409.469**	**145.228.524**

26. Custo de produção de energia

Os custos de produção de Energia constituem-se nos valores abaixo:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Encargos do uso do sistema de transmissão	-	-	(7.494.247)	(6.885.819)
Consumo de energia	-	-	(612.784)	(398.190)
Depreciação e amortização	-	-	(39.167.088)	(38.197.439)
Amortização direito de uso (aluguéis)	-	-	(805.596)	(564.586)
Outros custos (*)	-	-	(21.968.769)	(11.767.363)
Total	**-**	**-**	**(70.048.484)**	**(57.813.397)**

(*) Outros custos incluem seguros, serviços de manutenção, segurança e vigilância, aluguéis de veículos e equipamentos, energia elétrica, serviços de engenharia, consultoria técnica, limpeza e conservação, Custos Regulatórios, Garantia Estendida, ICMS Diferencial de Alíquota, Perda na Baixa do Imobilizado, entre outros. Estes gastos são necessários para operação do parque solar.

27. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas constituem-se nos valores abaixo:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Utilidades e serviços	(5.462)	(6.927)	(25.357)	(26.433)
Telecomunicações	-	-	(156.481)	(122.246)
Serviços tomados PJ	(519.952)	(1.408.846)	(4.577.685)	(4.283.914)
Viagens e estadias	-	-	-	(9.230)
Despesas gerais	(38.844)	(14.462)	(985.642)	(754.169)
Tributos	(308.805)	(27.137)	(989.387)	(1.534.052)
Depreciação/Amortização	-	-	(10.585)	-
Ocupação	-	(1.350)	-	(42.127)
Total	**(873.063)**	**(1.458.723)**	**(6.745.137)**	**(6.772.171)**

28. Outras receitas e despesas

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras Receitas				
Receita com Créditos de Carbono	-	-	3.457	272.128
Remessa em garantia (*)	-	-	765.347	155.359
Indenizações de seguro recebidas (**)	-	-	1.612.174	-
Reversão de despesas operacionais	-	-	1.148.733	-
Outras receitas	-	103.193	4.971	331.599
Perdão de dívida	-	-	6.159	-
Venda na alienação de Imobilizado	-	-	58	-
Bonificações Recebidas			3.557.966	
Doações recebidas	-	-	149.057	2.377
Total outras receitas	**-**	**103.193**	**7.247.922**	**761.463**
Outras (Despesas)				
Projeto social água limpa	-	-		(106.326)
Provisão Covid	-	-		-
Outras despesas não operacionais	-	(150)	(17.664)	(59.951)
Perdas de Créditos Não Liquidados	-	-	(1.200)	-
PIS e COFINS s/ outras receitas	-	-		(279)
ICMS s/ outras receitas	-	-		(919)
Remessa em garantia (*)	-	-	(356.335)	(427.254)
Indenizações judiciais			(131.471)	(801.549)
Doações				(31.983)
Créditos de carbono	-	-		(298.846)
Total outras (despesas)	**-**	**(150)**	**(506.670)**	**(1.727.107)**

(*) Remessas recebidas para a substituição de equipamentos danificados e/ou com defeitos.

(**) O valor de “Indenizações de Seguros Recebidas” refere-se ao sinistro de lucros cessantes pagos pela seguradora Generali Brasil Seguros.

29. Resultado financeiro

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos de aplicações financeiras	6.622.206	191.683	13.267.056	11.219.450
Descontos obtidos	-	-	308.629	3
Variação monetária ativa	-	4.106	301.446	473.682
Juros s/ mútuo	973	2.782	974	2.782
Juros Ativos	5.437	-	12.012	-
Total receitas financeiras	**6.628.616**	**198.571**	**13.890.117**	**11.695.917**
Variação monetária passiva	-	-	(3.480)	(10.535)
Tarifas bancárias	(1.135)	(1.474)	(51.432)	(50.683)
Juros passivos	(0)	(138)	(26.582)	(50.103)
IOF/IOC	(461.226)	(773.363)	(728.002)	(2.467.096)
Multas	(127)	(1.931)	(39.788)	(25.405)
Perdas de Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Juros s/ empréstimos (*)	-	-	(94.937.271)	(60.017.451)
Remunerações Citibank	-	-	-	-
IR s/ Mutuo	(1.023.937)	-	(1.023.937)	-
PIS s/ mútuo EBP	-	(2.606)	(6)	(2.606)
COFINS s/ mútuo EBP	-	(16.037)	(39)	(16.037)
IOF s/ mútuo EBP	-	(149.074)	(2.034)	(149.074)
Tarifa Carta de Fiança	-	-	(25.999)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(381.345)	(340.850)
Comissões BNDES	-	-	(176.000)	-
Juros (AVP) CPC 06 (R2)	-	-	(2.383.622)	(1.997.031)
Juros s/ mútuo	(5.783.225)	(401.053)	(5.784.198)	(401.053)
Impostos s/ mútuo	-	-	-	(1.033)
Total despesas finaceiras	**(7.269.649)**	**(1.345.677)**	**(105.563.735)**	**(65.528.957)**
Total Resultado Financeiro	**(641.033)**	**(1.147.106)**	**(91.673.619)**	**(53.833.040)**

(*) O aumento da despesa financeira deve-se ao aumento do IPCA sobre os empréstimos das Paracatus ao longo do exercício de 2021 em comparação ao exercício de 2020.

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

30.1. Gerenciamento de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (inflação e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir:

30.2. Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação monetária. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores.

30.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

30.4. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações.

30.5. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

A Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1** – Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.
- **Nível 3** – Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração. Segue abaixo o quadro de classificação por nível de risco:

	2021		**2020**	
Companhia	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 1**	**Nível 2**
Aplicações financeiras	-	32.343.747	-	156.218.446
Total	-	**32.343.747**	-	**156.218.446**

Consolidado	2021		2020	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Caixa e bancos	17.545.124	-	18.956.132	-
Aplicações financeiras	-	164.147.226	-	310.678.976
Aplicações financeiras vinculadas	-	25.260.666	-	22.572.778
Total	**17.545.124**	**189.407.892**	**18.956.132**	**333.251.754**

Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria e valor justo:

Companhia	2021		2020	
Ativo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	32.343.747	32.343.747	156.218.446	156.218.446
Total ativos financeiros	**32.343.747**	**32.343.747**	**156.218.446**	**156.218.446**

Companhia	2021		2020	
Passivo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor Justo
Passivo pelo custo amortizado				
Fornecedores	111.098	111.098	500	500
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Total Passivos financeiros	**111.098**	**111.098**	**500**	**500**

Consolidado	2021		2020	
Ativo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado				
Caixa e bancos	17.545.124	17.545.124	18.956.132	18.956.132
Contas a receber	17.257.727	17.257.727	35.089.121	35.089.121
Outros ativos não circulantes	2.205.172	2.205.172	24.108.444	24.108.444
Total ativos financeiros	**37.008.023**	**37.008.023**	**78.153.697**	**78.153.697**

Consolidado	2021		2020	
Ativo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	164.147.226	164.147.226	310.678.976	310.678.976
Aplicações financeiras vinculadas	25.260.666	25.260.666	22.572.778	22.572.778
Total ativos financeiros	**189.407.892**	**189.407.892**	**333.251.754**	**333.251.754**

Consolidado	2021		2020	
Passivo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivo pelo custo amortizado				
Fornecedores	15.319.325	15.319.325	28.420.514	28.420.514
Mútuos coligadas	-	-	121.235.115	121.235.115
Empréstimos e financiamentos	794.720.179	794.720.179	787.417.021	787.417.021
Total passivos financeiros	**810.039.504**	**810.039.504**	**937.072.650**	**937.072.650**

31. Eventos subsequentes

Em março de 2022, a Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda empresa controlada pela Engie Brasil Energia S.A adquiriu 100% das ações da Solairedirect Holding Brasil S.A. (“Solairedirect”), detentora dos Conjuntos Fotovoltaicos Paracatu e Floresta, e ENGIE Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda. (“ENGIE Solar”), ambas pertencentes ao Grupo ENGIE. O Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia instalou um Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas (“CPR”), para avaliar a operação de aquisição. O CPR também contratou as seguintes consultorias independentes para apoiar no processo, das quais: **(i)** due diligence legal e apoio na negociação do contrato de compra e venda; **(ii)** due diligence contábil, financeira, tributária e trabalhista; **(iii)** due diligence técnica; e **(iv)** consultoria para a emissão de opinião sobre a avaliação e geração de valor dos ativos (*fairness opinion*).

Após a realização das devidas due diligences, avaliações dos ativos e negociações dos termos e condições da operação, realizados com o apoio de consultorias especializadas contratadas pelo CPR, este enviou um relatório com sua recomendação ao Conselho de Administração, que aprovou a aquisição das empresas em reunião realizada em 14/02/2022. A conclusão da operação ocorreu após o atingimento das condições precedentes previstas no contrato, em 16/03/2022, pelo montante R$ 692 milhões, sendo R$ 36 milhões sujeitos ao atingimento de condições estabelecidas no contrato.

***

Declaração do Diretor sobre as Demonstrações Contábeis

Declaramos, na qualidade de diretor e contadora da Solairedirect Holding Brasil S.A (“Companhia”), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, CEP 04.571-926, inscrita no CNPJ sob o nº 22.800.301/0001-32, revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Contábeis, assim como com a opinião expressa no relatório do auditor independente referente às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 20 de maio de 2022.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor

Amanda Aparecida Mota

Contadora

* * *